

ATA Nº 131

Assembleia-Geral Extraordinária

11 de Março de 2012

Aos onze dias do mês de Março de dois mil e doze realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária da Federação de Ginástica de Portugal (FGP), que teve lugar no Auditório da Federação, na Estrada da Luz, n.º 30-A, 1600-159 Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Um – Apreciação do pedido de suspensão do mandato de Delegados, nos termos do nº 3 do artº 31º dos Estatutos.

Dois – Apreciação e votação da Ata nº 130.

Três – Apreciação e votação das propostas de alteração dos Estatutos da Federação de Ginástica de Portugal.

Quatro – Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento Retificativo da Federação para o ano de 2012.

Cinco – Regras para a construção orçamental.

Seis – Definição da remuneração global mensal máxima do Presidente da FGP, nos termos do nº 2 do artº 26º dos Estatutos.

A Assembleia Geral foi declarada aberta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral (AG), José Manuel Araújo, pelas 10,45 horas, após verificação do quórum de funcionamento, nos termos legais e regulamentares. Os trabalhos foram iniciados **com a presença de 24 Delegados**.

Um – Apreciação do pedido de suspensão do mandato de Delegados, nos termos do nº 3 do artº 31º dos Estatutos.

No seguimento dos pedidos de suspensão do mandato dos Delegados Álvaro Sousa, Andreia Sanches e Pedro Sebastião, por incompatibilidade de funções, de acordo com o nº 3 do artº 31º dos Estatutos, os mesmos foram **aprovados por unanimidade**, nos termos em que foram solicitados.

Em conformidade, os Delegados Andreia Sanches e Pedro Sebastião estiveram na sua qualidade de delegados até ao final da votação do ponto três da Ordem de Trabalhos, após o que se ausentaram, não participando na discussão dos restantes pontos.

Dois – Apreciação e votação da Ata nº 130.

Após algumas retificações, sugeridas pelos Delegados António Guerreiro (página 2, § 5) e Ida Pereira (página 1, § 7), a Ata nº 130 foi **aprovada por maioria**, com 13 votos a favor e 11 abstenções, de Delegados que estiveram ausentes dessa Assembleia Geral, realizada a 18 de dezembro de 2011, a saber: Afonso Candeias, Alda Corte-Real, Carlos Araújo, Carlos Vaz, Inês Gomes, José Carlos Reis, Pedro Sebastião, Rita Oliveira, Rui Martins, Sónia Ferreira e Violante Ribeiro.

Três – Apreciação e votação das propostas de alteração dos Estatutos da Federação de Ginástica de Portugal.

A Assembleia Geral iniciou a discussão deste ponto pelas 11,30 horas, tendo o Presidente da Mesa informado sobre o processo até à presente data, referindo o trabalho da Comissão de Revisão Estatutária, composta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pelos Delegados Ida Pereira, Paulo Chora, Sónia Ferreira, e ainda pelo Vice-presidente da Direção (antigo Delegado) Álvaro de Sousa.

Assim, havendo um texto proposto pela Comissão, propôs que o texto proposto fosse votado na especialidade, artigo a artigo, deixando para o fim os artigos da composição da Assembleia Geral, por haver várias propostas nesse sentido.

Tendo sido aprovada por unanimidade esta metodologia, iniciou-se a discussão artigo a artigo, que obtiveram a votação referida no documento “Guião de Votação”, que está anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

O debate sobre este ponto da OT decorreu das 11,30 às 17,00 horas, tendo sido interrompido das 14,00 às 15,30 horas. No período das 15,30 às 17,00 horas os Delegados Inês Gomes e Pedro Sebastião ausentaram-se, não participando na restante discussão, pelo que o nº total de Delegados passou a ser 22.

No final discutiu-se de forma global a composição da Assembleia Geral. Após essa discussão votou-se a proposta da Comissão, que foi aprovada pela maioria qualificada necessária, aprovando a consequente alteração dos artigos correspondentes em conformidade com essa composição.

Após a conclusão da votação de todos os artigos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral recordou a necessidade de adaptar os Estatutos ao novo Acordo Ortográfico, tendo solicitado à Assembleia Geral autorização para proceder às retificações necessárias, o que foi aprovado por unanimidade.

Assim, ficou o Presidente da Mesa encarregue de redigir o texto final dos Estatutos, a fim de cumprir o prazo definido no nº 1 do artº 76º para a sua publicação - 10 dias.

O Delegado António Guerreiro declarou para a ata que, embora compreendendo o simbolismo político mas não a importância prática de eleger antecipadamente delegados de trampolins e acrobática, considerou que se deveria ter optado por eleições antecipadas para a nova composição da Assembleia Geral, pelo que iria votar contra eleições antecipadas de apenas 4 delegados.

A Delegada Andreia Sanches ausentou-se no final da discussão deste ponto, pelo que o nº total de Delegados passou a ser de 21.

Quatro – Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento Retificativo da Federação para o ano de 2012.

O Presidente João Paulo Rocha apresentou o documento e informou que adjudicou uma auditoria às contas da Federação durante o período da vigência da anterior direcção, a qual se encontra já em curso, sendo que os Delegados serão oportunamente informados das respetivas conclusões.

O Presidente do Conselho Fiscal, Paulo Raposeiro, apresentou o Parecer do órgão que preside, referindo haver alguma dificuldade na comparação com anteriores, sendo importante um acompanhamento da execução orçamental.

A Delegada Sónia Ferreira questionou os valores indicados no retificativo para o Eurogym, os valores a distribuir às associações e a redução da GPT de €147.000 para €14.000.

O Delegado Paulo Chora questionou o Presidente da Direcção sobre se o aumento das receitas das inscrições se deve ao aumento do seu número ou à melhor eficácia na sua cobrança, ao que lhe foi respondido que se deve fundamentalmente às inscrições no Eurogym.

O Delegado António Guerreiro questionou igualmente o Presidente da Direcção sobre se o passivo da FGP está contemplado, ao que lhe foi respondido que não, tratando-se de um valor separado. Existem verbas em reserva que não estavam a ser utilizadas, mas que são insuficientes para cobrir o valor em dívida. Como exemplos dos principais credores da Federação, foram identificadas a Agência Abreu (€170.000), a Sportzone (€30.000), diversas despesas de hotéis e apartamentos (€20.000) e a BDO (€8.000). Por outro lado a Câmara Municipal de Portimão e a Câmara Municipal de Lisboa devem à Federação cerca de €170.000.

Concluída a discussão foi a proposta de Orçamento retificativo votada, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

Cinco – Regras para a construção orçamental.

O Presidente da Federação apresentou o documento das Regras para a construção orçamental, considerando importante uma coerência na apresentação dos orçamentos para o futuro, permitindo uma comparação entre os valores de ano para ano.

O Delegado Paulo Chora destacou a postura positiva da actual Direcção no que se refere à transparência e democraticidade com que tem vindo a exercer o seu mandato.

A Delegada Ida Pereira questionou se, face às dívidas acumuladas, não deveriam ser previstas sanções à anterior Direcção. Esse assunto foi remetido para uma futura Assembleia, como “Outros Assuntos”.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral questionou se seria possível estabelecer futuramente uma comparação entre as flutuações dos novos orçamentos, ao que o Presidente da Direcção respondeu afirmativamente.

Finda a discussão, foi o documento votado, tendo sido **aprovado por unanimidade**.

Seis – Definição da remuneração global mensal máxima do Presidente da FGP, nos termos do nº 2 do artº 26º dos Estatutos.

O Presidente da Federação apresentou a proposta, que estabelece um valor global mensal máximo de €3.100 (três mil e cem euros) ilíquidos, informando ainda que o Vice-Presidente Álvaro de Sousa tem uma afetação a 100% na FGP, pelo que tem a mesma remuneração que auferia na Escola onde estava colocado, acrescentado de €400 (quatrocentos euros) em recibos verdes, em 12 prestações mensais por ano.

Informou também que o Diretor Financeiro Carlos Costa tem uma remuneração de €1.000 (mil euros), em 12 prestações mensais por ano.

O Delegado Ricardo Antunes pediu para ser aferida a legalidade do recurso aos recibos verdes anteriormente mencionada.

No final deste ponto, foi votada a proposta, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

Estiveram presentes no total 24 (vinte e quatro) Delegados, conforme lista assinada por todos, anexa à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Nada mais havendo a tratar foi a AG declarada encerrada pelas 19.00 horas.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



José Manuel Araújo